

## **Comunicadoras feministas à frente da defesa pelos direitos das mulheres na crise da democracia: o caso Debora Baldin<sup>1</sup>**

Amanda Porto de SOUZA<sup>2</sup>  
Rosana ZUCOLO<sup>3</sup>  
Universidade Franciscana, UFN

### **RESUMO**

O presente trabalho busca demonstrar de que forma a comunicadora Debora Baldin se colocou à frente da defesa pelos direitos das mulheres e minorias sociais durante a crise democrática de 2018, que se estende até o momento. O artigo busca refletir sobre a conjuntura atual, embasada nos conceitos de feminismo, democracia, fascismo e ciberativismo. O aporte teórico remete a autores como Flávia Biroli (2017), Luis Felipe Miguel (2017), Guilherme Barros (2015), Sabrina Fernandes (2018), Clara Araújo (2012), Cicilia Peruzzo (2008), Raquel Recuero (2011). Os conceitos principais auxiliam no entendimento do papel mobilizador da comunicação feminista de Debora, na sua agência ativa de ações concretas de reorganização que desencadeia uma formação capacitante de outras mulheres agentes pelos seus direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** feminismo; democracia; fascismo; ciberativismo.

### **INTRODUÇÃO**

O cenário da América Latina em 2018, do Brasil também, em especial, foi tecido por inseguranças, instabilidades e medo. A preocupação de minorias sociais que lutam pela garantia de direitos para sobreviver e viver em equidade frente ao avanço do conservadorismo no país norteou campanhas e manifestações. Porém, movimentos sociais e ativistas mostraram que ações políticas não devem ser regidas pelo pânico, e sim por estratégias organizadas de ocupações do espaço público. O ano foi protagonizado por diversos grupos com direitos sociais cortados (ou nunca existidos). A luta das mulheres teve destaque tanto nas ruas quanto nas redes sociais.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ 7 – Comunicação, espaço e cidadania do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFN, e-mail: [amandspss@gmail.com](mailto:amandspss@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação Social. Docente do curso de Comunicação Social – Jornalismo da UFN, e-mail: [rosana.zucolo@gmail.com](mailto:rosana.zucolo@gmail.com)

---

Neste cenário, este artigo se propõe a analisar o canal de vídeos na plataforma online Youtube da comunicadora feminista Debora Baldin Lippi Fernandes, que se dedicou a produzir conteúdo político embasado e científico durante e após as eleições de 2018, principalmente, contra Jair Bolsonaro, o autoritarismo e a retirada de direitos.

Débora é formada em Relações Internacionais e tem experiência de pesquisa e debates sobre mulheres, população LGBT, feminismo e gênero. A militante se define como “comunicadora radical”, e começou a atuar na internet em 2015, no canal do Youtube Canal das Bee. Após um período afastada das redes sociais, retornou em maio de 2018, quando fundou seu próprio canal, Debora Baldin, com apoio e financiamento coletivo através de crowdfunding. O canal aborda temas políticos de direitos humanos e das mulheres. Com a finalidade de demonstrar de que forma Debora se colocou à frente na defesa pelos direitos das mulheres frente ao autoritarismo e à crise democrática, foram escolhidos três vídeos do canal para serem descritas expressões pré selecionadas a partir do seu conteúdo e significação: (1) - ULTRA POLÍTICA, BOLSORABO, REFORMAS E MEDO NA POLÍTICA com Tese Onze - Atualidades | #31; (2) - PARA CULTIVAR EM 2019: O AMOR CAMARADA | Atualidades - #43; (3) - 5 SINAIS DE 2018 DE QUE A RESISTÊNCIA EM 2019 É COM A LUTA DAS MULHERES - Atualidades | #46.

A análise do objeto será a partir da análise de conteúdo, de Laurence Bardin (1977), que define dois objetivos sutis do método: a leitura ultrapassada de incertezas, com um olhar que poderá ser interpretado de forma semelhante com as outras pessoas, e o olhar aprofundado, atento, pode levar à descobertas de conteúdos estruturais e significações. A autora afirma que existe apenas umas regras básicas a se seguir, porém, não há uma forma correta e única para aplicar o método, que ela explica ser:

A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos, tem que ser reinventada a cada momento, exceto para usos simples e generalizados, como é o caso do escrutínio próximo da descodificação e de respostas a perguntas abertas de questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas. (BARDIN, 1977, p. 31).

Com a finalidade de demonstrar de que forma Debora se colocou à frente na defesa pelos direitos das mulheres frente ao autoritarismo e à crise democrática, foram

---

escolhidos três vídeos do canal para serem descritas expressões e sentenças pré-selecionadas a partir do seu conteúdo e significação, decupadas no artigo para análise.

Parte de um estudo em andamento, este artigo traz uma pré-análise interpretativa que busca tanto um olhar que poderá ser compreendido de forma semelhante com o de outras pessoas, como o olhar aprofundado, atento, que pode levar à descobertas de conteúdos estruturais e significações.

Os conceitos chaves abordados no trabalho são fundamentais para o entendimento metodológico da escolha do objeto e da análise do conteúdo, além de brevemente percorrerem caminhos discutidos na esfera comunicacional em 2018: feminismo, democracia, fascismo e ciberativismo. O cenário hoje advém de um processo já sinalizado desde 2015 por alguns ativistas e comunicadores, que vem se concretizando nos espaços de poder até o desmonte atual de algumas estruturas sociais e políticas da sociedade. O feminismo enquanto movimento social se coloca contra qualquer forma de exploração e busca caminhos para romper com o sistema atual, pela emancipação integral do ser humano, fundamentado na libertação da mulher. Logo, é um dos mobilizadores na luta pela cidadania democrática, onde a comunicação se torna mais uma vez pilar dessa possibilidade de transformação.

### **1. Feminismo e atuação política na democracia brasileira**

Uma jornada pela legalização e descriminalização do aborto estourou na Argentina no início de 2018, quando o congresso decidiu pela primeira vez discutir o projeto de Lei redigido pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. Apesar de ter sido vetado em agosto do mesmo ano, a ‘onda verde’ - nome dado às manifestações - se estendeu por outros países, como no Brasil, em apoio à causa das argentinas e também em protesto contra a morte das mulheres por aborto e a institucionalização do corpo feminino. No Brasil, a questão do aborto também é cercada por contradições e debates antagônicos diante de um Congresso Federal constituído por bancadas conservadoras e religiosas e, atualmente, representado por um presidente declaradamente contra os direitos humanos para mulheres e minorias.

No Brasil, após a onda de luta na Argentina, outro momento dos grupos feministas para se destacar foi no 8 de Março, onde milhares de mulheres foram às ruas

---

em diferentes estados, em cerca de 50 cidades, pelo fim da violência contra mulher e a desigualdade de gênero. Com o slogan “Mulheres sem medo de lutar” as feministas também reivindicavam contra o governo do então presidente Michel Temer, e contra a reforma da previdência.

O assassinato da vereadora Marielle Franco foi o estopim para uma manifestação global pelos direitos humanos, como demonstrou a Agência Brasil EBC em outubro de 2018. Dia 14 de março de 2018, Marielle, negra, lésbica e ativista dos direitos humanos foi morta junto com o motorista Anderson quando saía do encontro Mulheres Negras Movendo Estruturas, no Rio de Janeiro. Os sentimentos se misturavam entre todos e os protestos dos dias seguintes, em especial, o dia do velório de Marielle, 15 de março, levou milhares de pessoas a ocupar a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e toda a região da Cinelândia. Países Americanos e Europeus se solidarizaram e também se manifestaram tanto nas ruas quanto nas redes sociais em apoio e revolta.

Todos esses atos demonstraram as reivindicações das mulheres, da situação política e social perigosa em que elas vivem no Brasil, além de ser uma luta pelo exercício da cidadania e ocupar um espaço negado, formal e informal. O ato #EleNão do dia 29 de setembro foi considerada a maior manifestação liderada por mulheres na história do país, que tomou cerca de 114 cidades e foi para o mundo, em Nova York, Lisboa, Paris e Londres (El País).

O movimento feminista, movimento negro e o movimento LGBTQ, junto a diversos partidos políticos e ativistas, somaram milhões de pessoas ao redor do mundo que se colocaram contra Bolsonaro, contra a retirada de direitos e contra a ameaça do fascismo. 2018 foi um ano de disputa política tanto partidária quando pública, pelas ruas, pela cidadania, onde os coletivos e pessoas se colocaram na resistência, em diversas campanhas que começaram pelas redes sociais como o #EleNao, #NemPresaNemMorta, #ViraVoto. Youtubers também produziram conteúdo político de informação contra o discurso de Jair Bolsonaro e o autoritarismo com a hashtag #CriadoresPelaDemocracia, entre eles estão Debora Baldin, objeto deste trabalho, Sabrina Fernandes, Luiza Junqueira, Nátaly Neri, Jout Jout, Jones Manoel, e outros.

---

Movimentos sociais têm uma história com diversos caminhos percorridos no Brasil, um país com inúmeros partidos políticos e crescente polarização da esfera pública. Inicialmente, Alain Touraine (1998) definiu movimento social como um chamamento ao sujeito. Esse chamamento é definido pelo autor como uma resistência a uma forma de dominação social contra a qual se impõem valores, orientações gerais da sociedade, lutam pela democratização das relações sociais. O movimento social só existe com a contestação lógica da ordem vigente, a partir da construção do indivíduo como ator social.

“As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais” (Touraine, 1998, p. 262).

Segundo o sociólogo, movimentos sociais baseiam-se na “consciência de um conflito com um adversário social” (Touraine, 2003, p. 119). O autor define três tipos de movimentos: os societais, os culturais e os históricos, definidos de acordo com seus focos e ações. Por exemplo, os movimentos societais têm permanentemente uma contestação elaborada para a práxis, os movimentos culturais buscam afirmação de direitos dos atores, e os movimentos históricos são aqueles do povo contra o Estado, resumidamente.

Malfatti (2011), em sua análise sobre os movimentos sociais de Touraine, discorre sobre a tentativa de síntese do sociólogo entre Marx e Weber para definir o movimento social e trabalhar a dinâmica dos atores sociais, ele vai definir o ator social como um ser coletivo e que enquanto Sujeito pode refletir no indivíduo. “Para Touraine, os movimentos sociais superam as classes, porque estão acima delas e podem absorvê-las” (MALFATTI, p. 7, 2011). Nesse sentido, há a internalização da ação do movimento pelo ator, que emerge dessa dinâmica social.

Para além, Touraine (2002), também vai apontar como a ideologia liberal prejudica a identificação do homem como sujeito, pois foca-se no desenvolvimento individual, resumido à sua condição racional, sem enxergar o universo em que vive, para fora de si.

---

Um dos primeiros a identificar a existência de uma consciência de classe podendo ser situada de forma empírica no interior das relações de trabalho, segundo Angelina Peralva (2019), na análise de Touraine, a historicidade e o conflito de classes são características presentes. Um movimento social se caracteriza fundamentalmente pela visão da historicidade e ação. Peralva ainda ressalta a visão do sociólogo sobre a concepção da sociedade na conduta humana, sendo a sociedade como um sistema de sistemas de ações, “cada sistema de ação, corresponde assim, na perspectiva tourainiana, um tipo particular de conduta coletiva” (PERALVA, p. 165, 2019).

Para Touraine (2002) o sujeito de ação, de atuação, deve penetrar no indivíduo para alcançar sua liberdade, se libertar de valores transcendentais do liberalismo e ter fundamento no próprio “homem-sujeito”. É a partir desse processo que sujeitos sociais podem atuar dentro dos movimentos seja em espaços informais ou formais.

Os movimentos feministas vêm atuando ‘de fora’ e ‘dentro’ do Estado e lidam com o silenciamento de uma democracia que não representa a maioria da população, afirma Flávia Biroli (2018). A cientista política aponta momentos-chave em que a atuação do movimento feminista atuou no Brasil, como na transição da ditadura para a democracia, e após nas disputas para a construção da Constituição Federal de 88. Biroli acredita que há uma “despatriarcalização” das instituições políticas e deve se considerar a forte luta dos movimentos e organizações das mulheres na contribuição das ocupações e atuações nos espaços formais de disputa pelo poder.

Para Clara Araújo (2012), o atual modelo democrático conservador exclui as mulheres de forma subjetiva e intrínseca. O sistema dificulta o acesso à cidadania, à educação e ao mercado de trabalho, junto a isso, a sociedade resume o papel da mulher à ser mãe. Na política, as mulheres também estão em menor escala do que os homens, além de contrapontos e falta de aparatos para representarem umas às outras e disputarem os cargos. Além do pouco incentivo que se tem para que elas entrem e ascendam na política.

Guilherme Ferreira vai definir o pensamento conservador “que não contém unidade e por penetrar na vida cotidiana através de condições genéricas em si” (FERREIRA, 2016, p. 170), não apresenta coerência interna nem autocrítica. Essa ideia

---

que tem por objetivo máximo conservar a ordem vigente, se atrela como natural na vida em sociedade e sua práxis se torna repetir hábitos e pensamentos rotineiros até que se tornem naturalizados e internalizados. Ferreira (id) ressalta que conservadorismo contemporâneo no Brasil estrategicamente se apresenta como “novo”, como o caminho para garantir a moral da família, logo, rege padrões de comportamento que atravessam esferas públicas e privadas e podam a evolução dos diálogos pelos direitos ao corpo, sexualidade, e liberdades, além de criminalizar e institucionalizar preconceitos estruturais contra LGBTQs, negros e mulheres.

## **2. A crise democrática e os grupos sociais**

Sabrina Fernandes, em seu canal de produção de conteúdo científico, no vídeo “D de Democracia” de 2018 define, a partir dos conceitos de Tocqueville, Florestan e Bobbio, a democracia como regime político de governo. A democracia brasileira é liberal – no sentido clássico do liberalismo da Revolução Francesa - representativa e participativa, onde há a divisão dos três poderes que buscam a pluralidade de representação e cidadania, a socióloga ressalta que o contrário da democracia não é o autoritarismo e sim a ditadura.

Quando o autoritarismo cresce e passa a reger as políticas decisórias, essa democracia deixa de ser participativa e plural, o que acarreta em retirada de direitos e cerceamento das liberdades. Ainda, Fernandes (2018) destaca que o regime político liberal atende às necessidades da burguesia, e que o capitalismo dificulta a ampliação do processo democrático, de uma participação “de cima para baixo”. Entre os configuradores desse sistema estão os oligopólios midiáticos e a concentração da comunicação pela hegemonia.

Luiz Felipe Miguel afirma, em sua coluna de 2017 no site Estado de Direito, que “diferentes grupos sociais têm diferentes capacidades de influenciar as eleições pelo controle dos meios de comunicação, pelo controle dos meios cognitivos, pelo controle dos recursos materiais para difusão de suas próprias representações”.

Entender a comunicação como um pilar inerente à democracia hoje é fundamental, como expressão dos processos sociais e civis frente aos regimes políticos, os meios de comunicação se tornaram ainda mais necessários para a pluralidade e

representação no campo político e cidadão. Cicília Peruzzo (2008) já destacou que é preciso que os meios de comunicação sejam legítimos, aplicados à sociedade de acesso universal. Através desse acesso universal é possível que a população tenha acesso à informação e que o cidadão possa participar da produção no campo público. Comunicar é político. Para a autora, o direito à comunicação é facilitador da conquista pela cidadania visto pelo empoderamento de processos comunicacionais autônomos e independentes que emergem cada vez mais. E os direitos se aperfeiçoam e crescem, logo, a cidadania, assim como a comunicação, se modifica e é construída ao longo do tempo e das culturas.

A Declaração de Princípios de Liberdade de Expressão, Princípio 12 da Declaração dos Princípios da Liberdade de Expressão – 2000 também aponta:

Os monopólios ou oligopólios na propriedade e controle dos meios de comunicação devem estar sujeitos a leis anti-monopólio, uma vez que conspiram contra a democracia, ao restringirem o pluralismo e a diversidade que asseguram o pleno exercício do direito dos cidadãos à informação. Em nenhum caso essas leis devem ser exclusivas para os meios de comunicação. As concessões de rádio e televisão devem considerar critérios democráticos que garantam uma igualdade de oportunidades de acesso a todos os indivíduos. (LAGO, 2015, p. 40).

Em tempos de crise em que o governo vigente provoca reações de seus leitores como perseguições a jornalistas, caso da jornalista Patrícia Campos ao publicar a reportagem que denunciaria o crime de caixa 2 cometido pelo então presidente Jair Bolsonaro, cerceamento das atividades dos jornais no Congresso Nacional, como mostrou a cobertura do jornal El País do dia 1 de janeiro, é preciso rever como os papéis das mídias tradicionais hegemônicas alçaram ferramentas para que o autoritarismo criasse uma base sólida no Brasil como visto nas eleições. Mais importante, entender como os meios de comunicação alternativos e comunicadoras e comunicadores de coletivos, militância, movimentos sociais, se colocaram como vigias dos direitos sociais e humanos no avanço neoliberal, e informaram com conteúdo embasado durante todo o período eleitoral até agora.

Barros (2015) também discorre sobre o papel das mídias sociais e de informação na potencialização de movimentos, protestos e campanhas ao redor do mundo, ferramentas e tecnologias que podem permitir uma ampliação da participação



---

democrática. A reconfiguração no fazer comunicação está partindo em direção à formação de produtores de informações locais e globais, onde a linha “emissor-informação-receptor” se torna circular e todos poderão exercer seu pleno direito à comunicação e à cidadania, pontos chave do processo democrático. Com isso, manter um fluxo comunicacional aberto e livre para expressão contra hegemônica em tempos autoritários se torna uma prática desafiadora em que inúmeros comunicadores se uniram para tentar articular informação e ações de barragem dos retrocessos sociais.

Em 2018, quando grupos e movimentos apontavam o risco e iminência do autoritarismo de Jair Bolsonaro, hoje atual presidente, com campanhas e produção de conteúdos informativos frenéticos, Flávia Biroli destacava as falhas dos limites democráticos no Brasil, que acirram a cada dia desde janeiro deste ano. “A abordagem restrita da democracia, em que a política é autonomizada relativamente ao cotidiano e às relações sociais, é o que possibilita essa atitude [despolitização e invisibilidade]” (BIROLI, 2017, p. 43). Para a cientista política, os limites da participação política impostas correntemente sobre as mulheres com a divisão sexual do trabalho impedem um avanço do debate das hierarquias e dominações subjugadas às minorias sociais. Visto que as mulheres enquanto metade da população não demanda do mesmo tempo, capacitação e energia que os homens têm por não serem responsabilizados pela esfera privada para exercerem seu direito à cidadania.

Sinalizado por Sabrina Fernandes (2018) e por Débora Baldin (2018), há um perigo no regime político atual que conversa com o fascismo - aqui conceituado por Leandro Konder (2009) como não somente reduzido à ditadura ou autoritarismo, e sim, para além, como “tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado [...] de conteúdo social conservador” (KONDER, 2009, p. 53). Esse movimento antiliberal, antioperário, antissocialista e antidemocrático como atenta o autor, pode provocar concentração extrema de renda e outros retrocessos históricos.

As liberdades e direitos de grupos que sempre foram silenciados e segregados tornam a correr sério risco. No atual governo, os ministérios e poderes são compostos majoritariamente por homens brancos de classes econômicas altas, além de linhas

---

religiosas conservadoras. E são essas pessoas que definem quais necessidades e problemáticas farão parte da agenda política.

A representatividade ativa nos espaços públicos de decisões de grupos que se reconheçam autonomamente como agentes para dar sentido, visibilidade e politizar suas próprias necessidades dentro dos recortes sociais históricos em que se inserem moldam um campo possível para deliberação na democracia participativa. Para Biroli (id) a exclusão desses grupos define o caráter hierárquico da democracia e da falta de politização e prioridades da agenda política, em que essas minorias sociais cruzadas por gênero, raça e classe, seguem sendo marginalizadas do debate público.

O jornalismo alternativo tem papel fundamental na resistência, e esses veículos de cunho feministas que abordam as demandas do movimento começam a emergir na década de 70, segundo Woitowicz e Pedro (2010). Para as autoras, os meios de comunicação alternativos feministas são instrumentos de articulação das lutas das mulheres. Hoje se ramificam diversas formas comunicacionais autônomas independentes, como comunicadores ativistas comprometidos com a informação e o alcance dessas vozes desconsideradas pelo poder público hegemônico.

### **3. A internet como espaço deliberativo militante: do objeto**

Como pontuado, diversos protestos e campanhas de coletivos foram alimentados nas redes sociais por sujeitos sociais engajados em grupos ou produzindo conteúdo informativo estratégico, como é o caso do objeto para análise neste artigo, o canal da comunicadora Debora Baldin, graduada em Relações Internacionais, militante marxista que produz conteúdo político em seu canal na plataforma Youtube desde maio de 2018.

Raquel Recuero (2011) vai perceber a internet como artefato cultural, na qual nasce outra forma de enxergar o meio online, a internet como tecnologia midiática, que gera práticas sociais. A autora traz o conceito como forma de estudar o objeto a partir de práticas midiáticas geradas por atores sociais. Essa abordagem

“Seria pontuada pela convergência de mídias e a construção dos objetos permitiria seguir as práticas e os atores sociais em suas performances, levando em conta não apenas a dimensão simbólica, mas também a dimensão material no qual o campo é definido durante a pesquisa”. (RECUERO, 2011, p. 44).

---

Ela envolve características que se unem para formar o objeto, a representação, às práticas, a materialidade, todas articuladas. Nesse sentido, a internet é compreendida como mídia que dá acesso aos diferentes atores de culturas variadas e que estes produzam estratégias comunicacionais e práticas de informação. Para Recuero (id) é importante fazer recortes temáticos nos diferentes âmbitos e práticas na internet. Entre elas, a que mais se aproxima do objeto desta análise é o ciberativismo, que a autora define como “reflexões sobre a potencialização da ação do indivíduo ou coletivo em termos de ação política via internet” (RECUERO, 2011, p. 47).

Na investigação de objetos midiáticos na internet, questões de gênero, raça e classes sociais são frequentes, segundo a autora, e se encaixam nas temáticas de apropriação tecnológica ou ciberativismo, dependendo do foco e da proposta de pesquisa. No caso de Débora Baldin, como militante feminista lésbica, a comunicadora produziu diversos conteúdos em prol da defesa dos direitos das minorias sociais, em especial mulheres, de resistência e de estratégias comunicativas de luta e diálogo.

### **3.1 Militarização da política e o medo**

O 1º vídeo, ULTRA POLÍTICA, BOLSORABO, REFORMAS E MEDO NA POLÍTICA com Tese Onze - Atualidades | #31<sup>4</sup>, de 27 minutos e 54 segundos, conta com a participação da doutora em Sociologia, Sabrina Fernandes, do canal Tese Onze. O vídeo inicia com a apresentação do tema Ultra Política, em 1m57s. de vídeo, conceito abordado por Sabrina em sua tese de doutorado. A socióloga explica o conceito a partir da fragmentação da esquerda no Brasil, no qual a despolitização é um sintoma do fenômeno Ultra Política quando as pessoas (cidadãos) não conseguem se assumirem como sujeitos políticos em relação à sua realidade. A ultra política gera essa crise de representação, apartidarismo, falsas radicalizações, criação de um inimigo comum, militarização da política e medo, segundo Sabrina. Para elas, isso gera uma “mobilização pelo ódio”, o que também pode ter gerado o anti petismo e a fragmentação da luta da esquerda.

Em 12m50s., Debora e Sabrina compreendem Bolsonaro como inimigo público das mulheres e dos seus direitos, falam sobre as alternativas de combate, com diálogo

---

<sup>4</sup> Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=DdmPJ7Lot6g>>.

por demandas reais e o trabalho de base da esquerda. Em 16m10s elas apontam o perigo da direita que se diz democrática que se coloca ao lado de fascistas. Sabrina aponta em 16m19s que é preciso “encontrar formas de repolitizar o debate”, com orientação, trabalho, informação e comunicação. O que estabelece o papel fundamental da comunicação como direito de garantia do exercício da cidadania, para informar e dar as ferramentas para a luta pelos direitos negados.

“A crise de representação está relacionada ao fato que a nossa estrutura de representação tenha que ter esse aspecto direto de representação através do voto e também de participação”, argumenta Sabrina em 17m55s. de vídeo. Debora também reforça que “a solução está sim na diminuição entre o representante e o representado e do representado no espaço” (20m50s.). O que aponta para a dificuldade dos representantes nos espaços formais estarem distantes das realidades diversificadas dos brasileiros e das minorias sociais, que gera a subrepresentação. “É preciso fazer comunicação”, convida Debora ao final do vídeo.

### **3.2 O amor camarada e a dominação da mulher**

O 2º vídeo, PARA CULTIVAR EM 2019: O AMOR CAMARADA | Atualidades - #43<sup>5</sup>, de 15 minutos e 51 segundos, apresenta Alexandra Kollontai, teórica marxista e feminista da Revolução Russa. Debora traz o conceito de “amor-camaradagem”, abordado por Kollontai na obra Nova Mulher e a Moral Sexual, de 2003. O conceito traz novas percepções que Kollontai já refletia na época da Revolução, das correlações entre amor, economia e política.

Em 1m23s. de vídeo, Debora fala do artigo O amor na sociedade comunista, da autora, onde ela traz o amor como sentimento orgânico e como “fator social”, que “altera a dinâmica das nossas coletividades” (1m46s). Em 2m23s., Debora historiciza as mudanças que Kollontai descreve do amor ao longo das sociedades e culturas, de acordo sempre com a classe dominante da época, até o amor se unificar com o matrimônio por volta do século XV (2m41s.). O grande ponto é o conceito de que o ideal que comporta o amor na sociedade contemporânea serve às questões econômicas do tecido social. Em 4m03s., a comunicadora vai trazer a problemática da família ser a unidade básica do

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ULC4eiYSBYM&t=809s>>.

---

capitalismo. Com laços de afetos submetidos completamente às normas do matrimônio, processo que carrega os apontamentos das teóricas de gênero sobre a esfera privada como espaço de violência de gênero institucionalizado, abordados ao longo do trabalho.

Kollontai vai definir, segundo Debora, o “casamento como unidade de submissão e de controle da mulher”, em 4m48s. No qual há o acúmulo de capital, cerne do capitalismo, e controle da mulher submetida à monogamia, o que Araújo (2012) problematiza no papel destinado à mulher na esfera doméstica. “A posse [nas relações] é uma necessidade do capitalismo”, afirma Debora em 6m07s. de vídeo, expressão que também aborda os tipos de relações que se estabelecem entre os gêneros com papéis pré definidos no patriarcado.

E com o “amor-camaradagem” é possível construir uma sociedade mais igualitária, segundo Kollontai, citada no vídeo em análise. Esse amor seria a expansão do sentimento e do reconhecimento das necessidades do outro, da solidariedade e coletividade, para “revolucionar o potencial do amor e sua capacidade de empatia à integralidade do outro” (7m15s). Dessa forma, não se olharia apenas para a pessoa e sim para a coletividade em que se está inserido, o que traz o sentimento de pertencimento, uma das bases da cidadania. Debora expressa que essa é uma “estrutura de dominação das mulheres, de exploração econômica, de exploração emocional”, em 13m12s. de vídeo, além da monogamia hegemônica ser critério para a definição de quem deve ou não ter direitos (visto casos LGTBQ, de mulheres divorciadas ou mães solo).

### **3.3 Resistência feminista em 2019**

O último e 3º vídeo, 5 SINAIS DE 2018 DE QUE A RESISTÊNCIA EM 2019 É COM A LUTA DAS MULHERES - Atualidades | #46<sup>6</sup>, de 11 minutos e 59 segundos, traz as discussões entre a “velha esquerda” e o campo da esquerda pela luta das mulheres, LGBTQs, negros e povos indígenas, chamadas de pautas “identitárias”, termo criticado por Debora (0m35s), visto que tais demandas o pilar da discussão democrática de direitos, visto que são grupos que compõem mais da metade da população. Neste vídeo, a comunicadora cita cinco momentos de 2018 que determinaram e irão direcionar a resistência pela democracia neste ano de 2019.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7XKFY8DwMQw>>.

---

O primeiro momento, em 2 minutos de vídeo, é o ato #EleNão, já citado no artigo, histórico, que gerou diversos “principais atos de massa de rua da campanha eleitoral desde a greve geral”, cita Debora em 2m35s. A militante ainda traz o termo “bolsonarismo”, o autoritarismo de Bolsonaro, e o combate à ele com presença física nas ruas em protestos “antifascistas e antiautoritários” (3m18s).

O segundo ponto foi a manifestação na Argentina pela legalização do aborto, em 3m38s., Debora faz um breve histórico da luta das argentinas pela legalização e descriminalização, e, no mesmo período, as mobilizações no Brasil em torno da DPF 442, audiência pública que discutiu a constitucionalidade da criminalização do aborto no país em agosto de 2018. Ela afirma que a pauta é uma “exigência histórica e às mulheres argentinas vão exigir nas ruas, nas escolas, nas igrejas, em todos os lugares porque mulheres abortam, isso é um fato”, em 4m40s. de vídeo. A discussão pela legalização do aborto é um ponto central das discussões de gênero nos estudos feministas, pelos direitos humanos e o direito sexual das mulheres. A DPF 442 também é o terceiro ponto do vídeo, em 4m37s., no qual Debora expressa “essa discussão tem de ser feita junto sim com a legalização do aborto” (5m06s), tendo em vista o direito da mulher à saúde como dever do Estado garantir. Ainda, a comunicadora ressalta o que Simone de Beauvoir discutia, em uma crise política “os direitos das mulheres são os primeiros a serem jogados ‘debaixo do tapete’”, em 6m23s.

O quarto momento positivo destacado em 8m19s. de vídeo foi a renovação dos cargos políticos no congresso nacional, tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos. Em que Debora afirma “viu se elegerem mulheres que nunca tinham conseguido alcançar esses espaços de poder” (8m55s), pois a ocupação dos espaços “por fora” do Estado pelo movimento feminista também tem tido efeito na constitucionalização da luta das mulheres e algumas conquistas no espaço público formal de representação.

Por último, Debora Baldin cita a reação mundial ao assassinato da vereadora, mãe, lésbica, negra e periférica, Marielle Franco, em março de 2018. Em 10m10s de vídeo, a comunicadora afirma “vai ser um dos principais motores em 2019 para a luta pela democracia (...) até que a violência policial pare de fazer a quantidade de vítimas que faz” (11m10s). Marielle gerou ondas de manifestações ao redor do mundo e se

---

tornou símbolo da luta pela desmilitarização do Estado e contra o genocídio do povo negro.

### **Considerações (não) finais**

A comunicação se torna mais do que necessária durante uma crise democrática, pois ferramenta de informação vital para a luta e garantia do direito à cidadania. Comunicadoras e portais de conteúdo feministas surgem a todo momento com equipes de mulheres colaboradoras, jornalistas ou não, à frente pela permanência dos direitos adquiridos e contra os retrocessos.

A contra hegemonia que caracteriza os veículos de comunicação alternativos na internet faz parte de um processo histórico que ainda está se concretizando e se realizando diante de espaços formais constituídos e de espaços informais ocupados por grupos marginalizados e excluídos da deliberação tradicional da democracia participativa. Em seus vídeos, Debora consegue alcançar uma rede de seguidores que se propõe a trabalhar e compartilhar informações sobre direitos e riscos, em um governo que censura os veículos de comunicação de massa.

Diante do momento atual, o recuo não é mais uma opção, e a organização dos movimentos sociais unificados pela garantia do Estado de direito se constrói tanto nas ruas quanto na internet, através da comunicação. Debora Baldin demonstrou, além de guiar ações nas ruas e nas redes através do seu canal, que a comunicação é necessária para além da mobilização, para a educação constitutiva de sujeitos sociais conscientes de seus direitos. No caso da sua área de foco, os direitos das mulheres devem ser protegidos e garantidos pelo Estado, e, quando o Estado não o faz, são elas próprias que ocuparão espaços para sobreviver e resistir a partir de aparatos informais e/ou formais. E meios de comunicação alternativos e feministas estão no caminho para esse exercício cidadão.



---

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília: n. 9, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/06.pdf>>.

BALDIN, Débora. **#EleNão, como combater o fascismo e onde mora o perigo de salnorabo (sic) - Atualidades #29**. 2018. (23m48s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xxaEBZeKevw>>. Acesso em: 21 de abr de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 1a Edição. Portugal: Edições 70, 1977.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASO Marielle Franco é destaque em campanha global de direitos humanos. **Agência Brasil EBC**, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-10/caso-marielle-franco-e-destaque-em-campanha-global-de-direitos>>. Acesso em 15 de abr de 2019.

CERIMONIAL da posse de Bolsonaro impõe série de restrições a jornalistas. **El País**, 2019. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/31/politica/1546277389\\_982663.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/31/politica/1546277389_982663.html)>. Acesso em 15 de abr de 2019.

FERNANDES, Sabrina. **“D” de Democracia | Glossário 001**. 2018. (4m29s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8kNbodAAJNI>>. Acesso em: 10 de abr 2019.

FERREIRA, Guilherme. Conservadorismo, fortalecimento da extrema-direita e a agenda da diversidade sexual e de gênero no Brasil contemporâneo. **Revista Lutas Sociais**, n.36. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/31855>>.

FRAGOSO, Suelly; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

JORNALISTA que denunciou caixa 2 de Bolsonaro é alvo de ataques nas redes sociais. **Brasil de Fato**, 2018. Disponível em: <<https://www.brasildfato.com.br/2018/10/19/jornalista-que-denunciou-caixa-2-de-bolsonaro-e-alvo-de-ataques-nas-redes-sociais/>>. Acesso em 15 de abr de 2019.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAGO, Cláudia e VIANA Claudemir (org.). **Educomunicação: caminhos da sociedade midiática pelos direitos humanos**. Universidade Anhembi Morumbi: São Paulo, 2015.



---

MALFATTI, Selvino. Os Movimentos Sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos** nº 6. Instituto de Filosofia Luso-Brasileira. Portugal, 2011. Disponível em: <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art13\\_rev6.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art13_rev6.pdf)>.

MIGUEL, Luis. A crise da democracia no Brasil (Parte 1). **Estado de Direito**. Porto Alegre, 20 de abril 2017. Disponível em: < <http://estadodedireito.com.br/crise-da-democracia-no-brasil-parte-1/>>.

PERALVA, Angelina. Conflito e Movimentos sociais no Acionismo de Alain Touraine. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. São Paulo, 2019.

PERUZZO, Cicilia. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Unisinos**, Brasília. 2008. Disponível em: <[revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5039/2288](http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5039/2288)>.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_, Alain. **Crítica da Modernidade**. Trad. De Elia Ferreira Edel. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. **Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, Florianópolis, 2010.

#ELENÃO: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. **El País**, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em 15 de abr de 2019.